



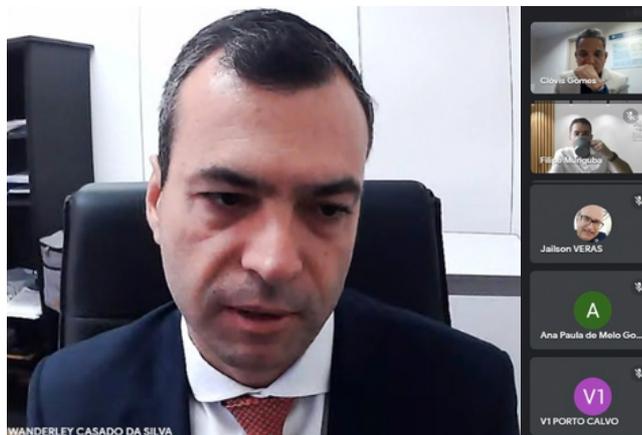
PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE ALAGOAS

Boletim Estratégico

ANO 7, Nº 2, OUTUBRO 2023



Hora da Estratégia: Encontros Virtuais reúnem lideranças do Poder Judiciário de Alagoas para discutir Estratégias de Aperfeiçoamento



A colaboração e a troca de ideias foram os focos centrais dos encontros virtuais realizados pela Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário, a Corregedoria Geral da Justiça e a Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) com a colaboração de Magistrados(as) e Servidores(as).

Temas como a nova regulamentação do Juízo Proativo, Estratégias Cível e Criminal, bem como debates sobre o aperfeiçoamento dos trabalhos em Varas Únicas e de Família, Prêmio CNJ de Qualidade e Justiça em Números foram discutidos.

Os encontros têm o objetivo de alinhar magistrados(as), servidores(as) e unidades judiciárias. Demonstra, ainda, o compromisso do Poder Judiciário de Alagoas em aprimorar sua abordagem para lidar com processos judiciais, promovendo uma atuação mais proativa, ágil e estratégica em casos cíveis e criminais, otimizando a eficiência e a qualidade das decisões judiciais.

As reuniões virtuais proporcionaram um espaço valioso para a troca de ideias entre as diferentes instâncias do TJ/AL. Essas estratégias buscam garantir uma abordagem coerente e eficiente no tratamento de casos variados, respeitando as especificidades de cada juízo, além de colaborar com os resultados do Tribunal nas avaliações do Conselho Nacional de Justiça.

APMP PROMOVE ENCONTRO VIRTUAL PARA DISCUTIR AS METAS NACIONAIS DE 2024



Presidente Fernando Tourinho reforçou importância da gestão nas unidades judiciárias.

Magistrados(as) e servidores(as) do judiciário alagoano participaram, no dia 28 de julho de 2023, de um encontro virtual dedicado à discussão das Metas Nacionais para o ano de 2024, o evento foi aberto pelo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), Desembargador Fernando Tourinho.

O encontro virtual proporcionou um espaço para o debate e a colaboração, permitindo que as vozes de ambos os grupos, magistrados(as) e servidores(as), fossem ouvidas e que sugestões fossem apresentadas.

A iniciativa foi organizada pela Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP), que também compartilhou os resultados parciais do cumprimento das metas estabelecidas para 2023 pelo Tribunal de Justiça de Alagoas.



Videoconferência — Propostas das Metas Nacionais 2024:

O Poder Judiciário do Estado de Alagoas conduziu uma videoconferência participativa envolvendo 21 magistrados(as) e 228 servidores(as). O objetivo principal deste encontro virtual foi auxiliar a consolidação da Proposta Inicial de Metas Nacionais (PIME) da Justiça Estadual para o ano de 2024, permitindo que os(as) participantes compartilhassem suas opiniões e contribuições, disponibilizando um formulário online para receber as opiniões dos envolvidos no processo. Setenta interessados(as) responderam ao questionário.

Consulta Pública — Propostas das Metas Nacionais 2024:

Em um processo participativo aberto à sociedade, realizado entre os dias 10 a 23 de julho de 2023, foram estabelecidas as bases para as Metas Nacionais do Poder Judiciário no ano de 2024. O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJ/AL), em sintonia com outros tribunais estaduais, seguiu a metodologia da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual, que incluiu a disponibilização de um questionário online no site do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ/BA) para a participação da sociedade alagoana. Esse processo visa a tornar mais transparente e participativa a definição das metas judiciais.





ESTATÍSTICA



Divisão de Estatística desenvolve “BAIXÔMETRO”. Painel monitora processos baixados na Justiça de Alagoas.



O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) implementou uma ferramenta visando à contribuição para a gestão do desempenho correlacionada ao Prêmio CNJ de Qualidade no sistema Intrajus, denominada "Baixômetro", sendo esse atualizado mensalmente.

Destinado a monitorar a quantidade de processos arquivados de maneira definitiva no âmbito do TJ/AL, excluindo aqueles que se referem a Execução Fiscal e Penal, o "Baixômetro" foi uma iniciativa da Assessoria de Planejamento e Modernização (APMP) que recebeu aprovação do Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal.

Dentro do "Baixômetro" é estabelecida uma meta de processos que devem ser arquivados para que o TJ/AL atinja a eficiência de 100% no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus). Além de apresentar a meta, a ferramenta disponibiliza informações acerca das movimentações consideradas de baixa, conforme critérios estabelecido na parametrização do CNJ, como também apresenta informações sobre o próprio IPC-Jus.

Divisão de Estatística realiza Pesquisa de Satisfação do Poder Judiciário de Alagoas



A Divisão de Estatística do Poder Judiciário de Alagoas (TJ/AL) concluiu a realização da pesquisa de satisfação, que teve como foco a avaliação dos serviços judiciais prestados à população alagoana. A iniciativa visa aprimorar a qualidade e eficiência do sistema judiciário, através do feedback direto dos usuários.

A pesquisa abrangeu uma ampla gama de aspectos relacionados à experiência dos cidadãos com os serviços judiciais, incluindo atendimento, celeridade dos processos, acessibilidade, transparência, qualidade das decisões judiciais, entre outros. O objetivo era obter uma compreensão detalhada das percepções e necessidades dos indivíduos que utilizam os serviços judiciais no estado.

TJAL realiza Pesquisa de Clima Organizacional para magistrados e servidores do Poder Judiciário de Alagoas



O Poder Judiciário de Alagoas (TJ/AL) realizou a pesquisa de clima organizacional destinada a avaliar a satisfação e a percepção de magistrados(as) e servidores(as) em relação ao ambiente de trabalho. A iniciativa busca promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

A pesquisa de clima organizacional é uma das ferramentas utilizadas para entender a dinâmica interna do TJ/AL e fornecer percepções sobre aspectos como comunicação, liderança, reconhecimento e desenvolvimento profissional.

COMITÊ ESTRATÉGICO TRAÇA OBJETIVOS COM RESULTADOS DE PESQUISAS



Segundo o presidente Fernando Tourinho, os dados foram esclarecedores.

O Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) divulgou os resultados de pesquisas de avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Os dados foram apresentados ao presidente do TJAL, desembargador Fernando Tourinho. O objetivo é elevar a qualidade dos serviços judiciais, abordando as deficiências identificadas nas pesquisas. Clóvis Gomes, chefe da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário de Alagoas, destacou a importância de melhorar o desempenho do Tribunal com base nos pontos identificados nas pesquisas.

Durante a apresentação, foi discutida a implantação de um sistema de gestão da qualidade integrado à gestão de riscos, visando à obtenção de uma nova certificação do TJAL na norma ISO 9001, com a ampliação das unidades envolvidas. O presidente do TJAL enfatizou que os dados apresentados são esclarecedores e direcionarão o Judiciário para melhorar os serviços à comunidade. Ele ressaltou a importância de evoluir nas tratativas para aprimorar os serviços prestados pelo Tribunal.



A reunião do comitê contou com a participação de diversos membros, incluindo o juiz Sóstenes Andrade, presidente do Fundo de Modernização do Judiciário; Rafael Casado, juiz auxiliar da Presidência; Luciana Omena, secretária especial da Presidência; Eloy Melo, diretor-geral do TJAL; Renato Barbosa, diretor de Contabilidade e Finanças; e servidores da APMP, Catalina Velásquez, Inara Francoyse e Amós Henrique, que discutiram estratégias para impulsionar a qualidade dos serviços judiciais.

OBJETIVOS E COMPROMETIMENTO COM A GESTÃO DA QUALIDADE

Os indicadores de qualidade são métricas utilizadas para avaliar o desempenho da organização em relação a seus objetivos. Eles são uma das ferramentas do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) citado na NBR ISO 9001, e permitem gerenciar a eficácia e eficiência dos processos relacionados ao SGQ.

A partir dos indicadores do SGQ é realizado o monitoramento dos processos, a redução de consumo, o nível de satisfação dos clientes externos e internos e a melhoria contínua da organização.



No âmbito do Poder Judiciário de Alagoas adota-se um processo estruturado para estabelecer e monitorar os objetivos da qualidade, garantindo que a organização esteja constantemente trabalhando na melhoria contínua de seus serviços e processos em conformidade com sua Política da Qualidade. Para consultar os resultados dos indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade do TJAL no Portal da Estratégia, [clique aqui](#).



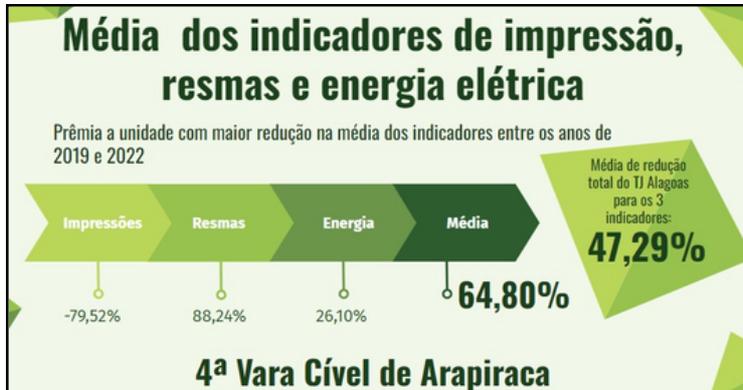
SAIBA MAIS!



Clique aqui para buscar informações sobre os indicadores do SGQ no documento "D.APMP.03 (Objetivos e Comprometimento com a Gestão da Qualidade)".

SOCIOAMBIENTAL

TJAL premia unidades que mais reduziram impressões e consumo de energia e papel



No dia 07 de junho de 2023, as unidades judiciárias que demonstraram notáveis esforços na redução do consumo de recursos ambientais, como energia elétrica e papel foram premiadas, cujos resultados foram baseados em um levantamento realizado entre os anos de 2019 a 2022.

Entre os destaques, o Fórum de Teotônio Vilela obteve a maior redução no consumo de energia elétrica, alcançando uma impressionante marca de 56,10%. A 5ª Vara Cível da Capital também se destacou, reduzindo o número de impressões em impressionantes 89,91%, enquanto a Subdireção do TJAL liderou na diminuição do consumo de resmas de papel, alcançando uma marca de 92,04%. Por fim a 4ª Vara Cível de Arapiraca foi a que obteve a maior média de redução (64,80%) nos três indicadores.

O reconhecimento foi selado com a entrega de certificados de reconhecimento às unidades e a premiação dos(as) servidores(as) com broches e folgas. O programa TJ Eco Consciente e Solidário, que abraça a causa socioambiental, foi responsável por promover essa premiação.

Servidores(as) podem propor ações desportivas e socioculturais para 2024

Propostas para ações desportivas e socioculturais do Judiciário em 2024

Os interessados devem procurar a APMP até 30 de novembro

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

tjal.jus.br @tjal.official

Os servidores(as) e magistrados(as) do TJ/AL têm a oportunidade de fazer parte do calendário de eventos de 2024 com propostas de ações de cunho desportivo e sociocultural.

Conforme o Ato normativo nº 33, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 25 de agosto de 2023, as ideias devem ser formalizadas junto à Assessoria de

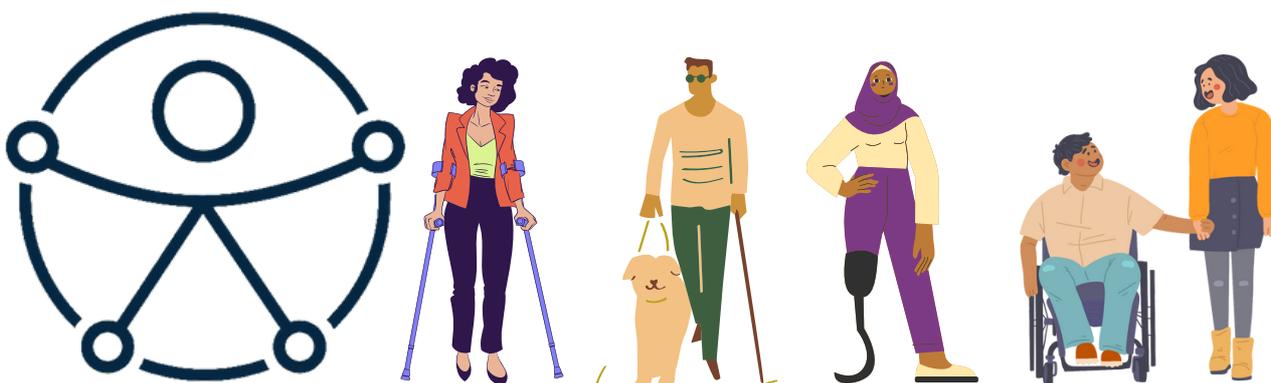
Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP) até 30 de novembro deste ano. Após essa data, uma comissão avaliadora analisará as propostas voluntárias, que serão posteriormente submetidas à Presidência do TJAL para análise e aprovação e o TJAL se compromete a disponibilizar espaço físico, divulgar as ações e fornecer premiações, além de colaborar com os proponentes na busca por parcerias para a realização das atividades.

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão do TJAL passa a funcionar na APMP

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do Tribunal de Justiça de Alagoas passou por uma mudança significativa em sua estrutura funcional, conforme a Resolução n.º 32 de 1º de agosto de 2023. Anteriormente vinculado à Secretaria Especial da Presidência, o NAI agora opera sob a supervisão da Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP).



Essa reorganização visa acompanhar e aprimorar os indicadores de acessibilidade, além de fortalecer a busca por parcerias eficazes com outros tribunais, conselhos e entidades da sociedade civil, com foco na promoção da acessibilidade e inclusão. A importância de compartilhar experiências e estratégias, visando à constante atualização e aprimoramento dos esforços relacionados a esse tema crucial para a prestação jurisdicional equitativa.



Saiba algumas das atribuições do NAI:

- I - Propor, coordenar, implementar planos, programas, projetos e ações voltadas à promoção de acessibilidade e inclusão, e a oferta de suporte biopsicossocial e institucional à pessoa com deficiência;
- II - Auxiliar no desenvolvimento de ações e no atendimento de demandas oriundas da Comissão de Acessibilidade e Inclusão.
- III - Propor ações de sensibilização e capacitação do quadro de pessoal, e no que couber, do quadro auxiliar, a fim de promover conscientização e promoção de direitos, e o atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- IV - Monitorar as ações das unidades responsáveis pelos indicadores da acessibilidade;
- V - Prestar informações acerca dos indicadores da acessibilidade;
- VI - Elaborar relatório anual acerca das ações desenvolvidas para a promoção da acessibilidade no Tribunal de Justiça de Alagoas.

Núcleo Socioambiental promove Feiras Agroecológicas e atividades sustentáveis



Até o momento, no ano de 2023, foram realizadas 5 das 9 Feiras Agroecológicas do TJAL previstas para o ano, com uma série de atividades que destacam a importância da agricultura familiar e da valorização da cultura local.

A sustentabilidade também esteve no centro dessas Feiras, com a distribuição de mudas de hortaliças, além de um sorteio que incluiu mudas de frutíferas e vales-compras para incentivar a prática da jardinagem e do consumo de produtos da agricultura familiar.

As Feiras Agroecológicas realizadas pelo TJAL, via termo de cooperação com a ECO REDE da Justiça de Alagoas, não apenas proporcionam momentos de lazer e cultura para a comunidade, mas também demonstram o compromisso da instituição com práticas sustentáveis e a promoção da cultura local. Essa abordagem inovadora serve como exemplo de como as instituições podem desempenhar um papel ativo na construção de um futuro mais sustentável e culturalmente rico para todos os envolvidos.

Coleta Seletiva Especial



Atualmente, a coleta seletiva possui 2 modelos, interna, onde são recolhidos recicláveis das unidades, e externa, onde magistrados e servidores são convidados a trazer seus recicláveis para colaborar com a causa, o modelo de coleta seletiva especial visa ampliar o alcance do TJ, que atualmente coleta em 4 locais na capital (Sede, Fórum da capital, Esmal & Corregedoria Geral de Justiça), com o modelo especial, isto seria expandido por mais 5 locais (Fórum da Ponta Verde, Fórum do Benedito Bentes, Fórum da Ufal, complexo de juizados da rodoviária e Juizados de Violência Doméstica da capital)

A inovação da nova modalidade se faz pelo modo como o material é coletado. Na coleta seletiva especial, o material é apenas depositado nas unidades participantes, deixando a cargo da empresa credenciada de coleta seletiva, a tarefa de pesar e informar o peso por unidade. Quanto à premiação, o prêmio será feito anualmente, considerando não só o volume coletado, mas também o número de servidores na unidade.

Coleta Seletiva



A premiação da coleta seletiva, por ser um indicador mensal, foi realizada a cada mês durante todo ano de 2022. A Coleta Seletiva ano passado destinou 11.662 kg de materiais recicláveis para as cooperativas de reciclagem credenciadas, COOPLUM em Maceió e ASCARA em Arapiraca.

Eco Rede promove encontro com representantes das Instituições parceiras

No dia 17 de agosto, ocorreu um encontro na Escola Superior da Magistratura de Alagoas (ESMAL), promovido pela Eco Rede do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), visando reunir representantes das instituições parceiras para planejar ações conjuntas nas áreas de Aquisições, Capacitações e Ações de Qualidade de Vida.



O encontro reuniu lideranças representativas dos 4 tribunais participantes da Eco Rede (TJAL, JFAL, TRTAL e TREAL), os participantes se reuniram então visando as áreas de compras compartilhadas, visando demandas em comum entre as instituições e a possibilidade de em um segundo momento a aderência em contratações.



Quanto à Capacitação, foram apresentadas agendas de cursos já programados e sugestões para 2024, incluindo cursos relacionados a normas e exigências de resoluções comuns a todos os Tribunais. Um destaque foi o curso sobre "Elaboração de Inventário de Emissão de Gases do Efeito Estufa," conforme a Resolução nº 400 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Finalmente, o tema "Ações de Qualidade de Vida" foi debatido com sugestões relevantes para análise e inclusão na agenda de 2023.



4009-3197
4009-3222
4009-3412



apmp@tjal.jus.br



apmp.tjal.jus.br

Acesse nosso
Boletim Estratégico
pelo seu smartphone:

